



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 1.190,00**

| Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa». | ASSINATURA | |
|--|----------------|-----------------------|
| | Ano | |
| | As três séries |Kz: 1 675 106,04 |
| | A 1.ª série |Kz: 989.156,67 |
| | A 2.ª série |Kz: 517.892,39 |
| | A 3.ª série |Kz: 411.003,68 |

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto de selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Ministério da Indústria e Comércio

Decreto Executivo n.º 151/22:

Aprova o Regulamento Técnico sobre o Cigarro.

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

Decreto Executivo n.º 152/22:

Aprova o Regulamento Interno da Direcção Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 153/22:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Recursos Humanos deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 154/22:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Inspecção deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 155/22:

Cria o Curso de Mestrado em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera, na Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, que confere o Grau Académico de Mestre, e aprova o plano de Estudos do referido Curso.

Decreto Executivo n.º 156/22:

Cria o Curso de Mestrado em Criminologia e Investigação Criminal, na Universidade Óscar Ribas, que confere o Grau Académico de Mestre, e aprova o Plano de Estudos do referido Curso.

Ministério da Educação

Decreto Executivo n.º 157/22:

Cria as Escolas Primárias denominadas Escola Primária n.º 100 — Cuilo Velho e Escola Primária n.º 97 — Caluango, sitas no Município do Cuilo, Província da Lunda-Norte, com 19 salas de aulas, 38 turmas, 2 turnos, e aprova o quadro de pessoal das Escolas criadas.

Decreto Executivo n.º 158/22:

Cria as Escolas Primárias denominada Escola Primária n.º 20 da Sede — Caála, Escola Primária n.º 21 António Agostinho Neto — Caála e Escola Primária n.º 126 Sunguete — Caála, sitas no Município da Caála, Província do Huambo, com 16 salas de aulas, 32 turmas, 2 turnos, e aprova o quadro de pessoal das Escolas criadas.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Decreto Executivo n.º 151/22

de 11 de Março

Tendo em conta que a avaliação compulsiva da conformidade é um mecanismo usado para tornar obrigatório, a quem competir, a produção, importação ou venda, bem como o controlo da qualidade dos produtos, com vista à garantia da qualidade e protecção da vida, da saúde humana e animal, e do meio ambiente;

Havendo necessidade de tornar obrigatória a Norma Técnica Angolana sobre o Cigarro em uso no território nacional;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Indústria e Comércio, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 157/20, de 3 de Junho, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Técnico sobre o Cigarro, anexo ao presente Decreto Executivo que é dele parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Indústria e Comércio.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor 180 dias após a sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 19 de Novembro de 2021.

O Ministro, *Victor Francisco dos Santos Fernandes*.

Decreto Executivo n.º 155/22

de 11 de Março

Considerando que a Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, criada pelo Decreto Presidencial n.º 285/20, de 29 de Outubro, está vocacionada a ministrar cursos de formação graduada e pós-graduada, nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro;

Considerando que, após apreciação do processo documental inerente à criação de cursos de pós-graduação e vistoria às instalações da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, constatou-se que esta Instituição Pública de Ensino Superior preenche os pressupostos legais para que nela seja, formalmente, criado um mestrado;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os Pontos n.ºs 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e com a alínea e) do artigo 19.º do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro, determino:

ARTIGO 1.º**(Criação do curso)**

É criado o Curso de Mestrado em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera, na Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, que confere o grau académico de Mestre.

ARTIGO 2.º**(Aprovação do plano de estudos)**

1. É aprovado o Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera, constante do Anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2. O Plano de Estudos referido no ponto anterior é realizado num total de 1.800 horas de actividades curriculares, equivalente a 120 Créditos, durante um ciclo de formação de 2 anos.

ARTIGO 3.º**(Corpo docente)**

O curso de Mestrado em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera é assegurado por um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade, com o grau académico de Doutor de acordo com a legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 4.º**(Perfil de entrada)**

1. Os candidatos ao Curso de Mestrado em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera devem apresentar o documento que ateste a conclusão de uma Licenciatura em Geologia, Geofísica, Engenharia de Minas e Engenharia Geográfica, com média superior ou igual a 14 valores.

2. Os candidatos que não preencham o perfil referido no n.º 1 do presente artigo podem inscrever-se no Curso de Mestrado desde que aprovem no exame de acesso e apresentem um projecto de investigação alinhado com o respectivo plano de estudos, aprovado pelo presente Decreto Executivo.

ARTIGO 5.º**(Concessão do grau de Mestre)**

A concessão do grau académico de Mestre em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera pressupõe a verificação e conclusão dos seguintes actos:

- a) A frequência e aprovação nas unidades curriculares que integram as actividades académicas presenciais do Curso de Mestrado;
- b) A realização das actividades de investigação científica inerentes ao Curso de Mestrado;
- c) A elaboração e apresentação de um trabalho de fim do curso (dissertação, relatório de estágio ou projecto), que deve ser objecto de defesa pública e aprovação perante um júri constituído para o efeito.

ARTIGO 6.º**(Perfil de saída)**

Após a conclusão do Curso de Mestrado em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera o estudante adquire um perfil de saída em que reúne, entre outras, as seguintes competências:

- a) Executar trabalhos de prospecção e pesquisa geológica na área diamantífera, garantindo a melhor utilização dos recursos e reservas minerais;
- b) Efectivar estudos geológicos utilizando metodologias avançadas, aplicadas nas áreas de Recursos Diamantíferas, Geologia Ambiental e Geologia Aplicada;
- c) Conceber projectos geológicos com alto rigor técnico-científico, reflectindo a dimensão económica e sustentabilidade ambiental;
- d) Executar trabalhos de classificação e gestão de projectos mineiros diamantíferos.

ARTIGO 7.º**(Campo de actuação)**

O Mestre em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera deve, dentre outras, desenvolver a sua actividade profissional nos Organismos Públicos e Privados, empresas de consultoria, assessoria, gestão, coordenação e execução de projectos relacionados ao planeamento, exploração e tratamento de minérios, bem como gestão de resíduos e de protecção ambiental.

ARTIGO 8.º
(Vigência do curso)

1. O Curso de Mestrado em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera ora criado entra em funcionamento no ano académico de 2021/2022.

2. O seu Plano de Estudos é inalterável e de cumprimento obrigatório, durante o primeiro ciclo de formação.

ARTIGO 9.º
(Número de vagas)

O Curso de Mestrado em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera criado pelo presente Decreto Executivo tem um número máximo de 30 vagas.

ARTIGO 10.º
(Propinas e emolumentos)

As propinas e os emolumentos para a frequência do Curso de Mestrado em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera são definidos em conformidade com as regras estabelecidas na legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 11.º
(Avaliação e acreditação do curso)

O Curso de Mestrado em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera criado pelo presente Decreto Executivo é submetido a avaliação e acreditação periódica do serviço especializado competente do Departamento Ministerial responsável pela gestão do Subsistema de Ensino Superior, nos termos da lei.

ARTIGO 12.º
(Nova edição do Curso de Mestrado)

A ministração de uma nova edição do Curso de Mestrado em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera, na Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, fica dependente da avaliação positiva do ciclo de formação anterior.

ARTIGO 13.º
(Organização e funcionamento do curso)

A organização e o funcionamento do Curso de Mestrado em Recursos Minerais e Ambiente — Variante Diamantífera obedecem ao disposto no presente Decreto Executivo e no respectivo regulamento de curso.

ARTIGO 14.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da aplicação e interpretação do presente Diploma são resolvidas pelo Titular do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

ARTIGO 15.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação em *Diário da República*.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Outubro de 2021.

A Ministra, *Maria do Rosário Bragança Sambo*.

MESTRADO EM RECURSOS MINERAIS E AMBIENTE – VARIANTE RECURSOS DIAMANTÍFEROS
PLANO CURRICULAR

| 1º Semestre (15 semanas) | | | | | | | | | | 2º Semestre (15 semanas) | | | | | | | | | |
|--|----|-----|-------|----|-----|-----|----|----|---|--------------------------|-----|-------|----|----|-----|----|----|--|--|
| Unidade curricular | UC | H | AULAS | | | TA | OT | AV | Unidade curricular | UC | H | AULAS | | | TA | OT | AV | | |
| | | | T | TP | P | | | | | | | T | TP | P | | | | | |
| Geologia de Angola | 4 | 60 | 8 | 6 | 12 | 30 | 2 | 2 | Geologia do Diamante | 4 | 60 | 12 | 4 | 6 | 34 | 2 | 2 | | |
| Deteção Remota e SIG | 4 | 60 | 8 | 6 | 14 | 26 | 2 | 4 | Projecto de campo | 4 | 60 | 2 | 2 | 20 | 32 | 2 | 2 | | |
| Geomorfologia do Quaternário | 4 | 60 | 6 | 8 | 8 | 32 | 2 | 4 | Técnicas de Prospeção Diamantífera Jazigos primários e secundários | 6 | 90 | 12 | 10 | 14 | 48 | 2 | 4 | | |
| Geoestatística | 4 | 60 | 8 | 6 | 14 | 30 | 0 | 2 | Modelagem, Cálculo de Reservas e Avaliação Económica de Jazigos Diamantíferos | 6 | 90 | 10 | 12 | 20 | 42 | 2 | 4 | | |
| Cartografia Geológica | 4 | 60 | 6 | 8 | 16 | 26 | 2 | 2 | Química Mineral | 6 | 90 | 10 | 12 | 20 | 40 | 4 | 4 | | |
| Mineralogia e Cristalografia do diamante | 6 | 90 | 12 | 10 | 20 | 42 | 2 | 4 | Gestão Técnico-Metodológica de Programas e Projectos Geológicos | 2 | 30 | 4 | 2 | 2 | 20 | 0 | 2 | | |
| Opcional* | 4 | 60 | 4 | 8 | 16 | 30 | 0 | 2 | Opcional* | 2 | 30 | 4 | 2 | 4 | 18 | 0 | 2 | | |
| Hidrologia Aplicada* | | | | | | | | | Geotecnia Aplicada* | | | | | | | | | | |
| Gemologia e Avaliação do Diamante* | | | | | | | | | Avaliação de Impactos e Requalificação Ambiental e Fecho de Mina * | | | | | | | | | | |
| Subtotal | 30 | 450 | 52 | 52 | 100 | 216 | 10 | 20 | Subtotal | 30 | 450 | 54 | 44 | 86 | 234 | 12 | 20 | | |
| Total anual de horas: 900, UC = 60 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1º Semestre (15 semanas) | | | | | | | | | | 2º Ano | | | | | | | | | |
| 1º Semestre (15 semanas) | | | | | | | | | | 2º Semestre (15 semanas) | | | | | | | | | |
| Unidade curricular | UC | H | AULAS | | | TA | OT | AV | Unidade curricular | UC | H | AULAS | | | TA | OT | AV | | |
| | | | T | TP | P | | | | | | | T | TP | P | | | | | |
| Projecto de Dissertação | 15 | 225 | 0 | 0 | 0 | 220 | 3 | 2 | Defesa da Dissertação de Mestrado | 30 | 450 | 0 | 0 | 0 | 400 | 30 | 20 | | |
| Exposição dos resultados parciais I | 5 | 75 | 0 | 0 | 0 | 60 | 10 | 5 | | | | | | | | | | | |
| Exposição dos resultados parciais II | 5 | 75 | 0 | 0 | 0 | 60 | 10 | 5 | | | | | | | | | | | |
| Exposição dos resultados parciais III | 5 | 75 | 0 | 0 | 0 | 60 | 10 | 5 | | | | | | | | | | | |
| Subtotal | 30 | 450 | 0 | 0 | 0 | 400 | 33 | 17 | Subtotal | 30 | 450 | 0 | 0 | 0 | 400 | 30 | 20 | | |
| Total anual de horas: 900 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total de horas lectivas: 1800 h, UC: 120 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

LEGENDA

| | | | |
|----|----------------------|----|--------------------|
| T | Horas teóricas | TA | Trabalho autónomo |
| TP | Teóricas praticas | TH | Horas Totais |
| P | Horas praticas | UC | Unidade de crédito |
| OT | Orientação e Tutoria | AV | Avaliação |

| | |
|----|--------------------|
| TA | Trabalho autónomo |
| TH | Horas Totais |
| UC | Unidade de crédito |
| AV | Avaliação |

A Ministra, *Maria do Rosário Bragança Sambo*.

(21-8400-B-MIA)

Decreto Executivo n.º 156/22
de 11 de Março

Considerando que a Universidade Óscar Ribas, criada pelo Decreto Presidencial n.º 27/07, de 7 de Maio, está vocacionada a ministrar Cursos de Formação Graduada e Pós-Graduada, nos termos do disposto no artigo 29.º do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro;

Considerando que, após apreciação do processo documental inerente à criação de cursos de pós-graduação e vistoria às instalações da Universidade Óscar Ribas, constatou-se que esta Instituição Privada de Ensino Superior preenche os pressupostos legais para que nela seja, formalmente, criado o Mestrado em Direito Civil;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com os Pontos n.ºs 1 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e com a alínea e) do artigo 19.º do Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de Dezembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Criação do curso)

É criado o Curso de Mestrado em Criminologia e Investigação Criminal, na Universidade Óscar Ribas, que confere o grau académico de Mestre.

ARTIGO 2.º
(Aprovação do plano de estudos)

1. É aprovado o Plano de Estudos do Curso de Mestrado em Criminologia e Investigação Criminal, constante do Anexo ao presente Diploma e que dele é parte integrante.

2. O Plano de Estudos referido no ponto anterior é realizado num total de 1.800 horas de actividades curriculares, equivalente a 120 Unidades de Crédito, durante um ciclo de formação de 2 anos.

ARTIGO 3.º
(Corpo docente)

O Curso de Mestrado em Criminologia e Investigação Criminal é assegurado por um corpo docente maioritariamente em regime de tempo integral e de exclusividade, com o grau académico de Doutor de acordo com a legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.

ARTIGO 4.º
(Perfil de entrada)

1. Os candidatos ao Curso de Mestrado em Criminologia e Investigação Criminal devem apresentar o documento que ateste a conclusão de uma Licenciatura em Direito, Medicina Legal, Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante, Sociologia, Ciências Sociais e outras áreas afins com média superior ou igual a 14 valores;

2. Os candidatos que não preencham o perfil referido no n.º 1 do presente artigo, podem inscrever-se no Curso de Mestrado desde que aprovem no exame de acesso e apresentem um projecto de investigação alinhado com o respectivo plano de estudos, aprovado pelo presente Decreto Executivo.

ARTIGO 5.º
(Concessão do grau de Mestre)

A concessão do grau académico de Mestre em Criminologia e Investigação Criminal pressupõe a verificação e conclusão dos seguintes actos:

- a) A frequência e a aprovação nas unidades curriculares que integram as actividades académicas presenciais do Curso de Mestrado;
- b) A realização das actividades de investigação científica inerentes ao Curso de Mestrado;
- c) A elaboração e a apresentação de um trabalho de fim do curso (dissertação, relatório de estágio ou projecto), que deve ser objecto de defesa pública e aprovação perante um júri constituído para o efeito.

ARTIGO 6.º
(Perfil de saída)

Após a conclusão do Curso de Mestrado em Criminologia e Investigação Criminal o estudante adquire um perfil de saída em que reúne entre outras, as seguintes competências:

- a) Aplicar o Código Penal Angolano vigente em contexto de investigação criminal, no âmbito nacional, regional e internacional;
- b) Proceder à análise crítica, discussão lógica e construtiva na investigação de crimes comuns;
- c) Aplicar os procedimentos metodológicos e científicos em criminologia e investigação criminal;
- d) Utilizar as TIC no processo de análise dos crimes e na investigação criminal.

ARTIGO 7.º
(Campo de actuação)

O Mestre em Criminologia e Investigação Criminal deve, dentre outras, desenvolver a sua actividade profissional nos seguintes campos:

- a) Órgãos de polícia criminal e sistema prisional;
- b) Serviços de reinserção social;
- c) Centros especializados em protecção de crianças e jovens vulneráveis, em educação de menores delinquentes e em acolhimento e protecção de vítimas.

ARTIGO 8.º
(Vigência do curso)

1. O Curso de Mestrado em Criminologia e Investigação Criminal ora criado entra em funcionamento no Ano Académico de 2021/2022.

2. O seu Plano de Estudos é inalterável e de cumprimento obrigatório, durante o primeiro ciclo de formação.

ARTIGO 9.º
(Número de vagas)

O Curso de Mestrado em Criminologia e Investigação Criminal, criado pelo presente Decreto Executivo, tem um número máximo de 30 vagas.

ARTIGO 10.º
(Propinas e emolumentos)

As propinas e os emolumentos para a frequência do Curso de Mestrado em Criminologia e Investigação Criminal são definidos em conformidade com as regras estabelecidas na legislação vigente no Subsistema de Ensino Superior.